

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E SUA REALIDADE NO ESTADO DO TOCANTINS

Denia Tranqueira Silva

PROIC/ITOP. Email: deniacmpleto20@gmail.com

Alcides do Nascimento Moreira

Faculdade ITOP. Email: alcidesdonascimentomoreira@gmail.com

RESUMO

O presente artigo é resultado de uma pesquisa bibliográfica realizada sobre a construção histórica do serviço social no Brasil e sua realidade no estado do Tocantins. Essa investigação teve como objetivo compreender o processo histórico do Serviço Social no Brasil: de sua criação e implantação, bem como a situação atual no Estado do Tocantins. Utilizou-se uma abordagem qualitativa para a realização dessa pesquisa. Os resultados foram descritos com base em autores e pesquisadores sobre o tema, tais como: Bogdan, Biklen, Faleiros, Yamamoto, Martinelli, Pimentel e Yazbek, entre outros, formaram o corpo teórico para o desenvolvimento deste trabalho. Partido do princípio que a produção do conhecimento científico é indispensável para possibilitar aos profissionais de suas respectivas áreas apropriarem-se de habilidades e competências ancoradas no bojo teórico e prático, inerentes às atividades, ligadas diretamente ao campo de exercício profissional. Neste sentido os conhecimentos construídos por meio desta pesquisa constataram que o processo histórico na área profissional do Serviço Social, é indispensável uma vez que se apresenta de forma consistente como produto da investigação científica, ratificando o processo histórico em que a profissão foi se consolidando por meio da luta aguerrida dos Assistentes Sociais.

PALAVRAS CHAVE: Serviço Social; processo histórico; sociedade.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de uma pesquisa bibliográfica que teve como objetivo conhecer o processo histórico do serviço social no Brasil, com ênfase na realidade do Estado do Tocantins, por se entender que a sociedade é um organismo vivo que está em constante movimento e, conseqüentemente, em constantes transformações. É, diante das transformações que ocorrem na sociedade e devido ao sistema capitalista cada vez mais acirrado, que o Serviço Social e passa também por uma nova reconfiguração no seu processo de construção histórica. A realidade social e o desenvolvimento no campo teórico e prático coloca a formação profissional em Serviço Social no cenário contemporâneo da sociedade brasileira.

Nessa pesquisa constatou-se, por meio dos autores consultados que, a pesquisa bibliográfica e documental de natureza qualitativa, apresenta resultados consistentes, no caso, o processo histórico do Serviço Social no Brasil e no estado do Tocantins, desde o seu surgimento até os dias atuais, atendendo as especificidades da construção

científica na área das ciências sociais aplicada em sua trajetória histórica e na constituição do perfil profissional do assistente social.

Os teóricos Bogdan, Biklen, Faleiros, Iamamoto, Martinelli, Pimentel e Yazbek, entre outros, formam o corpo teórico para o desenvolvimento das atividades que foram realizadas no decorrer da pesquisa.

REVISÃO DE LITERATURA

O processo histórico do serviço social no Brasil

Ao se propor falar sobre a história do Serviço Social, seja em qualquer ponto do País, precisa-se conhecer suas origens no Brasil. Sem esse aporte da história, não se tem a compreensão da totalidade e do presente. Assim, cabe aqui localizar onde principia essa história e os fatos mais relevantes ao seu surgimento e trajetória. Apesar da riqueza contida na história que deu origem ao Serviço Social no Brasil.

Para compreendermos melhor essa trajetória histórica, vale apresentar que o Serviço Social no Brasil surgiu em uma sociedade urbano-industrial dos anos de 1930, que apresentava uma conjuntura característica do desenvolvimento capitalista que foi marcado por conflitos de classe, pelo aumento quantitativo e qualitativo da classe operária urbana, bem como pelas lutas sociais contra a exploração do trabalho e pela defesa dos direitos de cidadania empreendida pela classe trabalhadora. Nesse contexto, o Serviço Social surgiu com o incremento da Ação Social e da Atuação Católica da Igreja, que assumiu o monopólio para a formação de agentes sociais especializados.

Quanto a esse momento histórico do Serviço Social, IAMAMOTO e CARVALHO apresentam que:

A implantação do Serviço Social não é [...] um processo isolado. Relaciona-se diretamente às profundas transformações econômicas e sociais [...]. Seu surgimento se dá no seio do bloco católico, que manterá por um período relativamente longo um quase monopólio de formação dos agentes sociais especializados, tanto a partir de sua própria base social, como de sua doutrina e ideologia. O Serviço Social não só se origina do interior do bloco católico, como se desenvolve no momento em que a igreja se mobiliza para a recuperação e defesa de seus interesses e privilégios corporativos, e para a reafirmação de sua influência normativa na sociedade. [...]. O Serviço Social começa a surgir como um “departamento” especializado da Ação Social e da Ação Católica, num momento extremamente importante para a definição do papel da Igreja dentro das novas características que progressivamente vai assumindo a sociedade brasileira. (IAMAMOTO, 1998, p. 213, destaque do autor).

De acordo com os autores, verifica-se que, a Igreja Católica foi muito importante na concepção e configuração da identidade que marcou o início do Serviço Social no Brasil, sendo a própria Igreja responsável pelo ideário inicial, empreendendo ações que deram origem as agências de formação dos primeiros Assistentes Sociais no país.

Dessa forma, apresentar este cenário e destacar na história do Brasil, as políticas sociais a partir da emergência do processo de industrialização do país, principalmente a partir de 1930, quando do surgimento do Serviço Social no Brasil, é consubstanciar o processo histórico que deve-se levar em consideração para a compreensão da área de conhecimento do Serviço Social.

Observa-se que no Brasil, o Serviço Social marca o seu surgimento no início da década de 30, com a iniciativa dos setores da burguesia, vinculando também a Igreja Católica, seguindo o paradigma dos moldes do Serviço Social europeu.

Martinelli (2010) destaca que:

...ao chegar ao Brasil, o Serviço Social encontrou já a esperá-lo uma missão e uma causa, as quais demandavam um imediato engajamento, até mesmo no sentido de somar esforços com aqueles que por elas estavam lutando. (p.127)

O avanço do processo de industrialização que marcou essa época, conjuntamente com a população das áreas urbanas se apropria de elementos das comunidades rurais para fortalecer os movimentos reivindicatórios, surgindo da necessidade de fiscalizar a classe operária. As reivindicações da população giravam em torno de: alimentação, moradia, saúde, e reconhecimento social por meio de uma lei social e salarial mais justa. Após as reivindicações o Estado e a Igreja se uniram com novas estratégias para tentar sufocar a voz do povo iludindo-os com possíveis melhoras.

Vale ressaltar que foi no cenário de desenvolvimento econômico, em que o Brasil vivenciava o intenso processo de urbanização e industrialização, o que já havia ocorrido em muitos países da Europa que se encontravam muito à frente na industrialização. Desse modo, as lutas pelos direitos da classe operária já aconteciam de forma mais organizada no continente europeu, o que garantiu várias vitórias sobre a burguesia.

Nesse processo histórico, o Serviço Social precisava dar um passo a frente, tendo em vista que no Brasil, não havia, ainda, uma legislação trabalhista que amparasse a classe operária, o que faz emergir vários conflitos na luta pelos direitos básicos como redução da carga horária, melhores salários e condições de salubridade no local de trabalho.

Conhecer esse processo histórico de lutas e mudanças requer “compreender o capitalismo em sua condição de categoria histórica, social e econômica, como modo de produção associado a um sistema de ideias e a uma fase histórica, tendo como elemento central o caráter comercial do capitalismo” (IAMAMOTO, 1998).

A primeira escola de Serviço Social no Brasil é datada de 1936 em São Paulo é foi coordenada por Albertina Ferreira Ramos e Maria Kiehl. Ambas eram sócias do Centro de Estudos de Ação Social vinculado a Igreja Católica. Neste centro eram

organizados cursos de qualificação para organizações leigas no catolicismo, adequando política e ideologicamente a classe operária.

Já na década 1960, mais precisamente no ano de 1965 surgiu o Movimento de Reconceituação do Serviço Social com o objetivo de apresentar um novo rumo à profissão devido às profundas transformações econômicas e sociais que a sociedade brasileira atravessava.

Nesse cenário, os agentes profissionais avocaram o movimento de conceituação como uma causa revolucionária, a intensa e profunda análise da situação do Serviço Social no continente latino-americano, envolvendo o exercício profissional e os seus fundamentos teóricos. Abrindo espaços para o debate, reflexão e para a crítica. Esse Movimento buscou aglutinar em volta dos seus objetivos a maioria dos agentes profissionais. Martinelli (2010).

Na década de 50, o Serviço Social brasileiro entra em contato com o modelo americano de formação, colocando em sua construção o pensamento conservador e positivista, muito longe da ideologia libertária marxista. Sobre esse contexto histórico, pode-se observar que

É, pois, na relação com a Igreja Católica que o Serviço Social brasileiro vai fundamentar a formulação de seus primeiros objetivos político/sociais orientando-se por posicionamentos de cunho humanista conservador contrários aos ideários liberal e marxista na busca de recuperação da hegemonia do pensamento social da Igreja face à “questão social”. (YAZBEK, 2009, p. 146).

Veja que o Serviço Social brasileiro dar início a suas funções adotando um modelo conservador norte americano, lugar em que o capitalismo se fortalecia. Dessa forma, o Serviço Social insere em seu discurso humanista cristão, os conceitos técnico científicos, de inspiração ideológica social positivista, reafirmando o pensamento conservador na profissão.

De acordo com Faleiros (2005), a reconceituação, de linha marxiana, foi situada como o oposto ao Serviço Social tradicional com o questionamento crítico na busca de uma fundamentação teórica no marxismo.

Nessa trajetória de construção histórica, o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS que aconteceu em 1979 foi um marco para a redefinição do Serviço Social brasileiro. O Serviço Social, a partir daí assumiu definitivamente o seu compromisso com a classe trabalhadora, na defesa da democratização e a ampliação dos direitos civis, sociais e políticos, sendo bandeira de luta até os dias atuais.

O Serviço Social brasileiro passou por diversas alterações ao longo das últimas décadas. Destaca-se que, dos oitenta anos de profissão no país, os últimos trinta anos registram amadurecimento do posicionamento crítico ao projeto capitalista de sociedade. Ao mesmo tempo, as transformações seguidamente implementada pelo

capital, para a manutenção de sua hegemonia, colocam desafios constantes e cada vez mais complexos aos assistentes sociais, que precisam a todo o momento criar estratégias de intervenção que materializem a construção profissional histórica de emancipação da classe trabalhadora.

O curso superior foi oficializado pela lei nº 1889 de 1953, em 27 de agosto de 1957, a Lei 3252, juntamente com o Decreto 994 de 15 de maio de 1962, regulamentou a profissão. Devido a isso a 15 de maio se comemora o dia do/a Assistente Social A prática profissional é orientada pelos princípios e direitos firmados na Constituição de 1988 e na legislação complementar referente às políticas sociais e aos direitos da população. Não pode haver qualquer tipo de discriminação no atendimento profissional.

O Serviço Social no Estado do Tocantins

Nestas oito décadas de história pode-se visualizar a consolidação da profissão e o trabalho realizado pelos profissionais de Serviço Social até os dias atuais. Nesse movimento destaca-se o projeto ético – político profissional, o conjunto CFESS/CRESS, o Código de Ética, as Diretrizes Curriculares, que expõem o comprometimento da categoria profissional, com a construção de uma nova ordem societária e democrática e que garanta os direitos das pessoas.

Foi nesta perspectiva de lutar com a classe trabalhadora que se construiu um projeto profissional radicalmente democrático e com isso o Serviço Social se tornou uma profissão de caráter sócio-político, crítico e interventivo, que analisa o conjunto de desigualdades para intervir na realidade social em movimento.

Com o passar dos anos, a profissão teve uma vasta expansão, hoje os assistentes sociais atuam nas mais diversas áreas: assistência social, justiça, saúde, previdência, educação, habitação, lazer, entre outros. O assistente social desempenha um papel de intervenção nas relações entre pessoas no dia a dia da vida social, por meio de atividades com a finalidade sócio - educativa e de prestação de serviços.

Atualmente o Serviço Social encontra-se regulamentado pela Lei Nº 8662 de 07 de junho de 1993, que trata do Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais e suas competências e atribuições privativas do profissional. Além desta Lei, os profissionais contam também com o Código de Ética Profissional que teve o intuito de atualizar ao longo da trajetória do Serviço Social.

E meios a avanços e lutas da categoria, os assistentes sociais do Tocantins também fizeram parte desta trajetória, em 1995, os profissionais já se articulavam realizando atividades e encontros para discutir o exercício profissional no Estado. Em 1998, foi instituído em Palmas a Delegacia Seccional de GO/TO 19ª Região, ligada ao CRESS de Goiás, com diretoria provisória. O Conselho Regional de Serviço Social do

Tocantins – CRESS/TO 25ª Região integra o Conjunto CFESS/CRESS, criado quando a profissão de Assistente Social foi regulamentada, pela Lei nº 3.252/57 e pelo Decreto nº 994/62 (hoje alterada para Lei 8.662/93) como uma exigência constitucional para todas as atividades profissionais regulamentadas por lei.

Compete ao CRESS orientar, disciplinar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de Serviço Social; zelar pelo livre exercício, dignidade e autonomia da profissão; organizar e manter o registro profissional dos Assistentes Sociais e das pessoas jurídicas que prestam serviços de consultoria; zelar pelo cumprimento e observância do Código de Ética Profissional do Assistente Social funcionando como Tribunal Regional de Ética Profissional; prestar assessoria técnico consultiva aos organismos públicos ou privados, em matéria de Serviço Social, junto com outras entidades da categoria; fixar em assembleia da categoria o valor das anuidades.

Registra-se que no ano de 1998 foi criada a Seccional Tocantins ligada ao CRESS 19ª – Goiás. Desde então, é histórica a luta da categoria do Estado do Tocantins pela emancipação (17 anos). O CRESS 25ª Região foi criado em 10 de dezembro de 2007 pela Resolução do CFESS nº 514 e em 05 de janeiro de 2008 passa a ter existência legal.

ABORDAGEM METODOLÓGICA

O método de pesquisa qualitativo tem se firmado nos últimos 30 anos dentro do contexto das pesquisas sociais. Este tipo de método busca proporcionar novos conceitos, categorias, construção e/ou revisão de novas abordagens no que tangem a melhor compreensão a cerca do fenômeno estudado.

Sobre a abordagem qualitativa convém ressaltar que, como destaca Chizzotti (2006), vários teóricos resumiram as transformações e progressos, no século XX, dentre eles Denzin & Lincoln (2000), mas não existe uma metodologia predominante definida como qualitativa, ou seja, coexiste *“uma gama de questões teórico-metodológicas abertas pelos pesquisadores qualitativos”* (2006, p.56). Portanto, a presente pesquisa conjugou métodos e técnicas para atingir os objetivos estabelecidos.

De acordo com (BOGDAN e BIKLEN, 1998:16) *“A investigação qualitativa em [...] assume muitas formas e é conduzida em múltiplos contextos.”* Considerando ainda que, na investigação científica a pesquisa qualitativa *“é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma idéia sobre a maneira como os sujeitos interpretam os aspectos do mundo.”* (BOGDAN e BIKLEN, 1998:134).

Dentro do método de pesquisa qualitativo existem diversidades quanto à forma, método e aos objetivos. Entre as diversidades existentes na pesquisa qualitativa deve-

se considerar: O ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental; O caráter descritivo; O significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida como preocupação do investigador e o Enfoque indutivo.

A respeito das estratégias que podem ser utilizadas, de forma geral pode-se considerar: A Etnografia; A Teoria Embasada; Os Estudos de Caso; As Pesquisas Fenomenológicas e As Pesquisas Narrativas.

Discorreu-se a cerca da entrevista como técnica privilegiada de comunicação e coleta de dados, onde a mesma se destaca como estratégia mais utilizada no trabalho de campo. As entrevistas podem ser classificadas em: sondagem de opinião, entrevista semi-estruturada, entrevista aberta ou em profundidade, entrevista focalizada, entrevista projetiva e grupos focais.

Também fora discorrido a respeito do possível viés do entrevistador que pode ocorrer quando se tratam de pesquisas dentro de um contexto de interação entre seres humanos.

No que diz respeito à análise e interpretação dos dados coletados discute-se a cerca da neutralidade que deve estar presente nessa fase primordial da pesquisa, cabendo primeiramente ao pesquisador descrever os fatos e analisar conforme os significados foram atribuídos ao entrevistado, sendo, portanto indicado que somente ao final se analise à luz da importância social da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desta pesquisa e da elaboração deste trabalho, buscou-se refletir acerca dos fundamentos da profissão de serviço social no Brasil, articulado ao projeto ético-político profissional – a uma história em construção.

Como profissionais de Serviço Social, atuantes nas diversas frentes de trabalho e de política sociais, são chamados cotidianamente para intervir nas chamadas expressões da “questão social” e sem precisar se aprofundar na análise tem, na atualidade, um cenário de grande dificuldade, pessimismo e desalento, que, contudo, desafia a entendê-lo e de forma coletiva ser criativos na busca de sua superação.

O contexto em que se inscreve essa discussão é o da mundialização do capital, no qual se aprofundam as desigualdades sociais e se precariza as condições de vida do trabalhador. Contexto de crise econômica, política, de construções de novos valores sociais e culturais, cujo resultado mais grave desse processo é a degradação da vida humana e da natureza, com reflexos a redução das garantias mínimas conquistadas historicamente pela luta da classe trabalhadora, bem explicitada, inclusive na história da profissão.

O Serviço Social ao longo de sua história emergiu-e profissionalizou e se institucionalizou a partir da execução de serviços e políticas sociais voltadas para o controle e o enfrentamento das expressões da questão social. Na sua trajetória se inscreveu na divisão social e técnica do trabalho numa perspectiva de atender a um projeto de sociedade voltado para exploração e integração da classe trabalhadora à lógica do capital. Mas no decorrer histórico, influenciado e apropriando-se de uma perspectiva crítica, buscou-se romper com esta visão e desde então, vem traçando suas ações com base num projeto profissional que visa o rompimento com posturas reacionárias, tradicionais e (neo) conservadoras numa perspectiva de construção de uma sociedade mais justa e democrática nos acessos aos direitos.

Cabe ressaltar que o posicionamento crítico profissional, o qual vem se solidificando nas últimas três décadas, é, de certo modo, uma elaboração recente, visto que o Serviço Social brasileiro já alcançou oitenta anos de profissão.

Isto é, somente a partir da década de 1980, que a luta travada por grande parte da categoria profissional, procurando formular uma alternativa ao conservantismo profissional que se manifestava até então, culminou na elaboração de um projeto profissional vinculado aos interesses da classe trabalhadora e na perspectiva de contribuição profissional dirigida à construção de uma nova ordem societária, sem que haja exploração de uma classe sobre outra. Referimo-nos aqui ao projeto ético-político profissional.

A materialização desse projeto, como já sinalizado, constitui-se num grande desafio e para tanto, “necessário conjugar competência política, teórico-metodológica e realidade socioeconômica com os valores preconizados no Código de Ética Profissional” que tem como valor central a liberdade, emancipação dos indivíduos, numa defesa intransigente dos direitos humanos e sociais, destacado por Simas & Ruiz(2015, p.91)

A expectativa com esse texto é contribuir para o debate do tema Projeto ético-político e os fundamentos da profissão, contudo sem a pretensão de esgotá-lo, dada a complexidade do assunto e a emergência de debates mais aprofundados seja na academia ou no campo profissional. Esperamos com a realização deste artigo, trazer para o corpo docente e discente do Curso de Serviço o interesse em aproximar-se e aprofundar a temática discutida.

REFERÊNCIAS

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1998.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do serviço social na América Latina**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FALEIROS, V. P. Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo. v. 26, n. 84, p. 21-36, nov. 2005.

IAMAMOTTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social no Brasil**: ensaios críticos. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LIMA, Arlete Alves. **Serviço Social no Brasil**: a ideologia de uma década. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: Identidade e Alienação** – 15. ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. in **Caderno de pesquisa**, n 114, p. 179-195, novembro, 2001. Disponível no site <http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a08n114.pdf>

YAZBEK, Maria Carmelita. **Direitos e Competências Profissionais: Fundamentos Históricos Metodológicos do Serviço Social**. Brasília: In CFESS/ABEPSS, 2009.

Recebido em 6 de agosto de 2016.
Aceito em 16 de setembro de 2017.